Apresentação das Linhas da Acção Governativa para 2008 da Área de Transportes e Obras Públicas

Secretário para os Transportes e Obras Públicas

30 de Novembro de 2007

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Em Primeiro lugar, queria apresentar a Assembleia Legislativa o balanço das Linhas da Acção Governativa da área de Transportes e Obras Públicas no ano passado. Atendendo a necessidade do desenvolvimento social, em 2007, a área de Transportes e Obras Públicas realizou progressivamente o seu trabalho por ordem de planos e de prioridade, nomeadamente elevar a capacidade de recepção de visitantes e desenvolver infra-estruturas na cidade, como ordenamento de diversas zonas, construção das redes viárias, planeamento rodoviário, dinamização dos bairros antigos e promoção de conservação do ambiente e da energia, elevando o ambiente cultural e infraestrutural para o desenvolvimento urbanístico.

Com a finalidade de resolver questões do trânsito, elevar a capacidade de transporte de passageiro do sistema de transporte público, o Governo continuou o desenvolvimento de infra-estruturas do trânsito, designadamente reformulação da Rotunda Ferreira do Amaral frente do Hotel Lisboa, da Jardim de Artes e arruamentos envolventes, tendo em conta o desenvolvimento da COTAI, a construção de variáveis redes viárias. Após anos de consulta ampla junta a sociedade sobre o projecto do metro ligeiro, que foi decidido o projecto da primeira fase em Outubro do corrente ano e iniciará a sua construção em breve, prevendo a sua conclusão e entre em funcionamento em 2011.

Pela estratégia da prioridade dos serviços de transportes públicos, foram efectuadas medidas próprias para viaturas de transportes públicas na ponte Governador Nobre de Carvalho e na Rua da Goa, no corrente ano foram ajustados e optimizados mais de 20 tragédias de autocarro, ao mesmo tempo do ajustamento, efectuaremos cumulação de paragens de autocarro ou melhoramos a sua localização, a fim de melhorar a eficiência do seu funcionamento. Para além disso, foram aumento de varias carreiras expresso e criado a carreira do serviço de autocarro nocturno, bem como o Programa de Benefícios a Idosos para Compra de Passe de Autocarro.

Aumentar o número de estacionamento público é a outra medida para aliviar a questão do trânsito de Macau. Em 2007, foram constituídos Auto-silo Jardim de Iao Hon, Auto-Silo Jardim Comendador Ho Yin, Auto-Silo Jardim das Artes, Auto-Silo Subterrâneo para Veículos Pesados na Estrada de Flor Lótus em COTAI e Auto-silo Praça Ferreira do Amaral; e colocação de parquímetros nas ruas, para incentivar movimentos dos carros estacionados. Por outro lado, a fim de aliviar questões de estacionamento de motor, através do planeamento e de realização de várias medidas, até final do presente ano o número de estacionamento público atingira para 35 mil, se incluir os estacionamentos privados e provisórios, este número aumentará para mais de 40 mil.

No âmbito de transportes ao exterior, por ter beneficiado pelo política da criação de novas rotas e de atracção de turistas de origem diversificada, o Aeroporto Internacional de Macau que caracterizava como um aeroporto de trânsito, passou a ser um aeroporto de destino, no corrente ano, inaugurou varias rotas internacionais, como por exemplo a Osaka do Japão, e a Johor Bahru e a Kota Kinabalu da Malásia, actualmente temos 28 rotas ao exterior de diferentes destinos; pelo aumento de 5 lugares de estacionamento e pela expansão do terminal de logística de carga, que vai ser favorável para o

desenvolvimento sustentável do transporte aérea de passageiros e de carga. Foram concluídas a obra da primeira fase da ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e a obra de melhorias do Posto Fronteiriço do Cotai, a fim de elevar a capacidade operacional do Posto Fronteiriço. No âmbito do transporte marítimo, tendo em conta a construção e o funcionamento do Terminal Marítimo na Taipa, foram iniciados progressivamente as obras de abertura do canal e bacia de Pac On.

Para além de impulsionar o desenvolvimento, o Governo também muito preocupado com os indivíduos carências, e realizado no corrente ano o planeamento do projecto ou a inauguração de construção da primeira fase de Habitação Social de Mong-Há, de Habitação Social de Fai Chi Kei, de Complexo de Habitação Social na Ilha Verde (Bloco B e C), de lotes HR e HS na Rua da Tranquilidade do Hipódromo, de lote TN27 na Taipa, que vai fornecer mais que 2000 fracções de habitação social, mais que 3000 fracções de habitação económica, sendo que a conclusão no corrente ano a construção de um edifício de habitação social na Ilha Verde que vai fornecer 210 fracções. O Instituto de Habitação lançou em Julho o documento consultivo para revisão da legislação sobre habitação pública, e efectuou devidas consultas, para envidar esforços para que a revisão entre em processo legislativa, a fim melhoria do actual regime em relação a qualificação de requerentes e limite do rendimento, etc., para o aproveitamento razoável do orçamento público e prestar mais apoios aos idosos.

Pelo desenvolvimento predial nos recentes anos e pela solicitação da sociedade, o Governo vai realizar concurso público para concessão de dois terrenos no final do ano; ao mesmo tempo, a revisão, em Setembro, o valor referencial relativa a Método de determinação do montante do prémio de concessão, para uma definição de valores mais próximos do mercado em causa e para um nível aceitável pela sociedade. Por outro lado, foi criado, em

Outubro, o Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos, composto pelos profissionais da sociedade e funcionários da Administração, para estudar e emitir pareceres relativos à concessão e troca de terrenos, tendo em consideração o planeamento urbanístico, a conservação do património histórico-arquitectónico e a protecção ambiental.

A fim de impulsionar a política de conservação de energia e de redução de emissão de poluentes, o Governo iniciará no final do ano o processo de requerimento para aplicação do “Protocolo de Quioto” em Macau, e a implementação de série de medidas que inclui envidar esforços a introdução do gás natural para a produção de energia eléctrica nos próximos anos, estudar o consumo de energia urbanístico no futuro, envidar esforços para que o projecto do Regulamento Administrativo relativa ao controlo da emissão de gás de escape de ciclomotores e motociclos entre em processo legislativo, a substituir progressivamente de motor com alta emissão de gás.

Por outro lado, através da reavaliação intermédia do contrato de concessão de electricidade com a CEM, optimizando o mecanismo de fiscalização, a substituição de taxa de ajustamento de combustível não adequado, que obteve em 2006 uma redução de tarifa em geral de 10%. Por outro lado, vamos continuar negociar com as partes do Interior da China, para resolução do abastecimento de água em curto, médio e longo prazo.

No âmbito de telecomunicações, o Governo tinha concedido 3 licenças de 3G, que os concessionários já iniciaram o funcionamento, respectivamente, deste serviço de acordo com o contrato. O Governo sempre empenhou se na política para desenvolvimento de investigação científica locais, através do encontro entre o Conselho de Ciência e Tecnologia da China e de Macau, a dedicar se na colaboração de quadro áreas, nomeadamente, de ciência tecnologia e industria de medicina chinesa, de ciência tecnologia e industria de conservação energética e protecção ambiental, de ciência tecnologia e industria

electrónica e informática, e de divulgação de ciência e tecnologia.

Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Após o estabelecimento da RAEM, enfrentamos muitos desafios, pelo princípio de “Macau governado pelas gentes de Macau”, e pelos nossos empenhamentos e esforços, o desenvolvimento de Macau obteve um resultado satisfatório. A área de Transportes e Obras Públicas, pelas necessidades nas diferentes fases do desenvolvimento social, empenhada a prestar coordenação necessária, em especial no período inicial do estabelecimento da RAEM, que estava numa fase para recuperação de todas as áreas, Macau tinha sofrido a instabilidade de segurança antes da transferência, e foi influenciado pela recessão económica e pela contaminação de SARS nas zonas vizinhas depois da transferência, que naquela altura, pela Linha Governativa de “consolidação de bases”, através de planeamento amplo das obras públicas, de aperfeiçoamento das respectivas instalações, o Governo impulsionou o desenvolvimento económico e o emprego, criou condições favoráveis para a recuperação e o desenvolvimento sustentável da economia de Macau.

Mais ainda, o Governo através de variáveis medidas políticas, procura melhorar o ambiente viário de Macau, elevar a capacidade de transporte de passageiro do sistema de transporte público. Até ao momento, foram constituídos sete auto-silo públicos, e planejar a construção de mais quadros no futuro. Para além de aumentar o número do estacionamento, a fim de aproveitar razoável recurso de viaduto público, que até o momento colocamos mais de 8 mil de parquímetros, e ao mesmo tempo, para reforçar a gestão de parquímetros e de auto-silo público, foi dada a abertura da sua operação.

No âmbito da habitação pública, dada prioridade a preocupação e solidariedade às camadas mais carenciadas, sendo que a principal preocupação é

para satisfazer a sua necessidade de habitação, pelo que, após a transferência, o Instituto de Habitação tinha distribuído habitação social a 2240 famílias, 3758 famílias compraram habitação económica; Por outro lado, para aliviar a pressão económica das famílias com baixo rendimento, em 2003, foram dispensadas as rendas das habitações sociais no primeiro trimestre, registou se mais de 5 mil famílias beneficiadas. Atendendo o ambiente socio-económico de Macau no período inicial da transferência, em Julho de 2000, dado a renovação do “Regime de bonificação ao crédito para aquisição ou locação financeira de habitação própria” (Bonificação de 4%) pelo Governo, conforme o estatístico, até ao Junho de 2002, registou se um total de 5751 requerimentos. Pela abertura da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, obteve um aumento acelerado da economia, por sua vez, o Governo efectuou um ajustamento no âmbito da habitação pública, e no final de 2005 tinha anunciado que acelera a construção da habitação pública, e tomara iniciativa de procurar terrenos para a sua construção, aumentar a sua oferta.

São objectivos do Governo da RAEM a garantir a estabilidade, a segurança e o preço razoável dos Serviços de Interesse Público, pelo que, através de reavaliação do contrato de concessão exclusiva de serviço de interesse público, pelo princípio de liberalizar sucessivamente do mercado, introdução de uma concorrência sã, permitindo que o preço do respectivo serviço se ajustasse conforme o funcionamento do mercado, produzindo a sua efeito positivo. Desde 2000, o Governo liberalizou do sector das telecomunicações, e depois tinha concedido 3 licenças de 3G, durante o qual foram estabelecidos protocolo entre os concessionários, para que os portadores de números podem transferir directamente dum concessionário ao outro, criando um ambiente agradável para liberalizar o mercado.

Para além disso, através da reavaliação intermédia do contrato de concessão exclusiva, para redução de taxa de retorno de investimento ao 12%;

introduzir fiscalização ao seu investimento, serviço e formação de pessoal, etc., bem como um mecanismo de sanção, reembolso aos utilizadores em caso de interrupção do fornecimento de electricidade. Pelos factores como o planeamento do serviço eléctrica e o ajustamento da energia eléctrica, comparando com o ano 2006, em 2007 obteve uma redução de tarifa em geral de 10%.

No percurso da implantação da política, pela falta de dominação dos factores quer subjectivo quer objectivo, ou pela falta de experiências nas respectivas construções, revelando desequilíbrio e discordo durante o desenvolvimento de empreendimentos, conseqüentemente, afectando a perspectiva ao trabalho do Governo da população. No passado, as vezes alguns funcionários nossos durante o seu serviço, preocupava muito com a velocidade, a aparência e a conveniência do seu trabalho, faltava a consideração e dominação de necessidade dos utilizadores, conseqüentemente os resultados dos trabalhos não foram muito satisfatórios, pelo que, necessitamos de reavaliar e melhorar nesses aspectos.

Linhas da Acção Governativa para a Área de Transportes e Obras Públicas no ano 2008

Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados,

Vou apresentar agora as LAG para a Área de Transportes e Obras Públicas no próximo ano. Para acompanhando dos objectivos gerais das linhas de acção governativa e do “Programa da Reforma da Administração Pública” da RAEM, as políticas da área de Transportes e Obras Públicas prosseguirão com o princípio de “melhor servir a população” e com o objectivo de um desenvolvimento sustentável, impulsionar-se-á o desenvolvimento harmonioso entre os empreendimentos urbanísticos, os transportes, a ecologia, o ambiente e

humanidade, para construção de um cidade habitável, melhorando o ambiente e elevando a qualidade de vida da população.

Macau se encontra em período do desenvolvimento rápido da economia, o aumento de consciências de participação da população e de defesa dos seus direitos, bem como a sua elevada atenção aos trabalhos do Governo, pelo que, e pelas características do trabalho desta área, propomos os seguintes políticas, como orientação de trabalhos no longo prazo:

1. Definir o objectivo de desenvolvimento de infra-estrutura e desenvolvimento urbanístico, a fim de melhorar a qualidade de vida da população. Seguiremos a ideia de “melhor servir a população”, a construir uma cidade habitável, impulsionar-se-á o desenvolvimento harmonioso entre os empreendimentos urbanísticos, os transportes, a ecologia, o ambiente e humanidade, para que a população tenham um ambiente agradável de estar e de viver.
2. Reforçar a construção íntegra, reforçar a prática de integridade. Reforçaremos a colaboração com Comissariado Contra a Corrupção (CCAC), e rever o actual regime do concurso das obras públicas, a elaborar medidas preventivas, bem como fornecer informações relativas ao CCAC, reforçar fiscalização preventiva a corrupção, elevar o grau da transparência do funcionamento das obras públicas.
3. Aperfeiçoamento de mecanismo, aumentar eficiências, bom aproveitamento de receitas públicas e de recursos humanos. Relativa a projectos da obra pública no futuro, vamos reforçar consultas na fase preparatório de obras, optimização de projecto e a sua aplicabilidade, evitar erros e omissões durante a elaboração do projecto; analisar insuficiência do regime em vigor, aperfeiçoar as instruções internas, especificar responsabilidades de funcionários.

4. Reforçar comunicação e coordenação intersectoriais, simplificar procedimentos administrativos, elevar a capacidade de reflexão, prestar atenções às investigações e às análises, reforçar decisões científicas. Vamos impulsionar a criação e a optimização dos regimes internos, especialmente reforçar a instrução interna, especificar as respectivas responsabilidades, a fim de reforçar o andamento de trabalhos e reforçar a gestão. Ao mesmo tempo, exigir e incentivar os dirigentes e os chefes dos serviços que muito ligados à vida quotidiana do povo deste âmbito irem aos bairros, para conhecer as realidades da sociedade e ouvir a opinião do povo.
5. Respeitar o direito informativo da população, e incentivar a sua participação; elevar a transparência da governação e promover a difusão da Administração. Vamos reforçar a divulgação de notícias, alargando o respectivo conteúdo e informação, em especial a divulgação das informações relativas a estatísticas, planeamento urbanístico e concessão de terrenos que interessa à sociedade.
6. Em tempos pacíficos, devemos pensar na adversidade, reforçar a capacidade de gestão de crises causadas por incidentes públicos. No âmbito de transportes e obras públicas temos de enfrentar incidentes causados pelas calamidades naturais e pelos acidentes, pelo que é necessário e importante de elevar a capacidade de gestão de crises causadas por incidentes públicos.

Ponto Fulcral da Política e dos Trabalhos de Urbanização

Formação progressiva e programada do sistema do planeamento urbanístico moderno e científico

Face às reduzidas dimensões de Macau, em que é bastante afectado

pelos factores exteriores, pelo que, a definição de um plano director adequado à situação e desenvolvimento concreto do longo prazo de Macau e operativo não é uma tarefa fácil. Porém, a Administração quer promover os trabalhos inerentes à definição do planeamento urbanístico.

Propomos em definir o seguinte posicionamento para a política do planeamento urbanístico de Macau: criação de um mecanismo eficaz que vise promover a devida racionalização do espaço urbano, reforçar o equilíbrio entre a urbanização e o ambiente ecológico, assim como a relação entre o meio ambiente humano e o património, de forma a realçar a sua singularidade urbana, salvaguardar o seu desenvolvimento sustentável urbano e elevar a qualidade de vida dos cidadãos, conforme o posicionamento e a estratégia delineada para o desenvolvimento urbano de Macau, e o respeito da vertente histórica e de forma a conjugar com a situação concreta de Macau.

No âmbito do planeamento urbanístico, virá a Administração em 2008, após consultar as propostas directivas apresentadas pelo Centro de Estudos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável quanto ao desenvolvimento do planeamento urbanístico de Macau, envidar os seus esforços para dar início ao estudo para a optimização do sistema normativo do direito urbanístico de Macau. Antes da conclusão da optimização do actual sistema de planeamento urbanístico actualmente vigente acima referido, no processo da elaboração do planeamento urbanístico iremos através de uma aplicação mais alargada do sistema informático na área da geografia, para aumento da transparência dos trabalhos em matéria de planeamento urbanístico; otimizar de forma activa e programada o planeamento dos diversos bairros de Macau, nomeadamente, Taipa, Coloane, Zona classificada do Centro Histórico de Macau e Bairro Iao Hon, etc., durante o planeamento, a fim de permitir maior participação da população, apresentaremos informações na altura oportuna para efeito de consulta pública.

Para além disso, com o objectivo de otimizar a disposição da rede viária de toda Macau e o seu ordenamento viário a longo prazo, de aumentar a reserva de terreno e de acompanhar a cidade do desenvolvimento sustentável, veio ultimamente o Governo encomendar a uma empresa de consultoria a realização de estudo e planeamento profissional dos novos bairros a conquistar ao mar através da execução de aterros. Após ouvir a opinião do Governo da Província de Guangdong, as alterações dos estudos de planeamento dos novos bairros, foram submetidas conforme os procedimentos à apreciação do Governo Central, tendo ainda sido introduzido no respectivo estudo adaptações conforme com o parecer emitido na reunião dos especialistas da China Continental sobre o impacto ambiental. Quando o estudo preliminar for formalmente aprovado pelo Governo Central, virá a Administração da RAEM ouvir a opinião social de Macau quanto a todo o projecto, em prol da beneficiação e concretização sem obstáculo deste estudo.

A curto prazo, os serviços competentes pelo planeamento urbanístico irão reforçar a intercomunicação e a articulação com os serviços da pasta da cultura e da protecção ambiental, no sentido de procurar encontrar soluções para problemas referentes ao desenvolvimento e preservação que merecem especial atenção da população e que são urgentes, em que após a auscultação da opinião dos diversos estratos sociais, os aspectos que reúnam as condições para o efeito serão executados em primeiro plano através de emissão de circulares internas.

Participação, revisão e optimização conjunta no regime jurídico da gestão de solos

Tendo em conta a Lei de Terras actualmente em vigor foi publicada em 1980 e apesar de ter sido posteriormente objecto de sucessivas revisões, contudo, a sociedade considera em termos gerais que este regime jurídico não

já se encontra à altura de responder às necessidades do desenvolvimento de Macau, sendo assim necessário a sua integral revisão e alteração.

No âmbito da gestão de solos, a nossa política é participação em conjunto, revisão e optimização conjunta no regime jurídico da gestão de solos, impulsionando o aproveitamento razoável de recurso de terrenos. Pelo que o Governo iniciará no próximo ano os trabalhos de revisão e alteração da Lei de Terras e dos demais diplomas legais complementares. Atendendo que a revisão e alteração desta lei consiste num trabalho complexo e a longo prazo, antes de sua conclusão, a criação do portal electrónico para o acesso das informações referentes aos terrenos, aumentando assim a transparência das informações cadastrais; bem como a criação de um completo regime estatístico referente aos terrenos e de monitorização dos trabalhos de movimento de terra, permitindo o Governo a dominar atempadamente as informações quanto ao número de terrenos disponíveis, a qualidade do terreno e alteração da sua titularidade, impulsionar a modernização do regime de gestão de solos. Por outro lado, foi criado o Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos, e através de sua opinião, para aperfeiçoar o processo de concessão de terrenos.

Para salvaguardar o devido aproveitamento dos terrenos já concedidos, urge-se a necessidade de reforçar a fiscalização do contrato de concessão. E em respeito à vertente histórica, no que refere aos concessionários que tenham infringido as cláusulas contratuais, mas que não tenham apresentado a devida justificação, iremos tratar rigorosamente destes casos conforme o previsto nas cláusulas contratuais e nos diplomas legais.

A Comissão Eventual de Análise do Regime de Concessão de Terrenos e Obras da AL está no momento a analisar e estudar o actual regime de concessão pública em vigor, colocaram alguns opiniões e sugestões para optimizar o actual regime. E é com elevada consideração que o Governo respeita os trabalhos realizados pela referida Comissão, auscultado a opinião preliminar

daquela Comissão e ponderadas as opiniões e propostas dos diversos estratos sociais em prol da optimização das obras públicas, o Governo comprometerá em articular activamente com os trabalhos da comissão, envidaremos esforços para procurar métodos e medidas efectivos, para optimização progressiva do regime de concessão pública em Macau.

E em articulação destes trabalhos, iremos ainda rever a composição, as funções e o funcionamento da Comissão de Terras, sendo que, caso seja necessário iremos introduzir as devidas alterações. Ainda, a fim de permitir que o valor do prémio de concessão de terreno possa rapidamente acompanhar de perto a evolução do desenvolvimento económico de Macau, iremos periodicamente rever o método de determinação do montante do prémio de concessão.

Por outro lado, para salvaguardar o devido aproveitamento dos terrenos já concedidos, os serviços governamentais competentes pela fiscalização irão disponibilizar de mais recursos e destacar mais pessoal para acompanhar a situação do cumprimento das cláusulas do contrato de concessão.

Optimização do processo do concurso e reforço da gestão das empreitadas de obras públicas

Dado a construção das empreitadas de obras públicas deve estar à altura das necessidades do futuro desenvolvimento e também articular na íntegra com o planeamento urbanístico, sendo assim necessário reforçar as acções de coordenação e de fiscalização durante a sua execução, ao Governo que na gestão da realização de concurso e da avaliação das propostas de obras públicas, em que a par da rigorosa execução das actuais disposições do regime jurídico, serão ainda introduzidas as seguintes medidas: designadamente, às empreitadas de obras públicas dos grandes empreendimentos, será formado um grupo de

planeamento dos trabalhos preliminares do concurso composto por representantes do serviço competente pela realização do concurso, do serviço competente pela gestão das instalações e da principal entidade utente, que será responsável pelo planeamento dos trabalhos inerentes a realização do concurso público; reforçar a consulta a pública, e melhoria da elaboração do projecto e a sua aplicabilidade na fase preparatório de obras; convidar a participação do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria, para prestação de opinião e sugestão relativa ao procedimento, ao funcionamento e ao aperfeiçoamento de mecanismo nos grandes empreendimentos públicos; estudar o aumento da responsabilidade das empresas concessionárias para elaboração de planta e para realização de fiscalização; introduzir o mecanismo divisão dos concorrentes por grupos e de sorteio informático, em que serão seleccionados com base nos princípios de abertura e de equidade os concorrentes para participação do concurso por meio de consulta, entre outros.

Adopção de uma atitude de firmamento do princípio de “servir bem os cidadãos” e de abertura e de transparência para promover o reordenamento harmonioso dos bairros antigos

No que concerne ao reordenamento dos bairros antigos, em particular os trabalhos da reconstrução e desenvolvimento que envolvem grandes interesses, que estão relacionados com a vida dos cidadãos e que afectam os interesses a longo prazo de toda a RAEM. Através de recolher amplamente a opinião dos diversos estratos sociais, envidamos esforços para apresentação, no final do corrente ano, o projecto do “Regime Jurídico para o Reordenamento dos Bairros Antigos” ao Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, para que no 1.º semestre de 2008 se possa amplamente realizar as acções de consulta e de divulgação do projecto do “Regime Jurídico para o Reordenamento dos Bairros Antigos”, prevendo que o possa entrar para o

processo legislativo no 2.º semestre do próximo ano.

Através da referência de experiências nas outras regiões, estamos conscientes que o reordenamento não só consiste em demolição e construção de edifícios, ainda relacionada a diversas medidas, para revitalizar os bairros sociais. Para isso, no próximo ano vai continuar em reforço de embelezamento das ruas, a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

Para elevar eficácia dos trabalhos de embelezamento, foi criado um grupo de trabalho interdepartamental destinado ao embelezamento das vias, e com base no plano geral do embelezamento das vias para o período compreendido entre 2007 a 2009 que foi tornado público, vamos estudar para que através da colaboração entre o Governo e a população, conservar as paisagens originais, revitalizar os bairros antigos na Taipa e Coloane, e envidar os esforços para a criação de condições que permitam tornar a Freguesia de S. Lázaro no centro de incubação para a indústria cultural e para o centro da indústria criativa de Macau.

Aproveitar os recursos de habitação pública para fins adequados de modo a suavizar e resolver os problemas públicos

Vamos pelo um rigoroso aproveitamento dos recursos públicos, e pelo princípio de prestação de assistências as mais carências e de conservação de bons conceitos tradicionais e morais, para resolução activa e ordena de questão habitacional das famílias com verdadeira dificuldades e necessidades. O Governo está envidar esforços para revisão da legislação relativa a habitação pública, para o efeito do desenvolvimento social.

Para além de construção de habitação pública, a fim de prestar assistências aos jovens, urge necessidade de habitação própria pela formação de família, embora com determinada capacidade económica, sendo não qualificados para

requisição de habitação social ou comprar habitação económica, mas têm dificuldades de comprar propriedade no mercado privado, o Governo vai planear a construção duma quantidade determinada de habitação, para arrendar as famílias jovens, através do regime do sorteio, de uma forma activa, a resolução de questão da habitação das famílias jovens.

Para prestar assistências aos indivíduos, de camada social média, com determinada capacidade económica, mas têm dificuldades de dar sinal para comprar propriedade no mercado privado, o Governo vai lançar no próximo ano o programa do apoio financeiro para adquirir propriedade pela primeira vez. O apoio estabelece um limite máximo para o valor de propriedade adquirida, os requerentes têm de prestar declaração de bens. Os referidos programas ainda vão ser ouvido na sociedade, antes da sua implementação.

Relativa ao fornecimento das habitações pública, iniciará no próximo ano a construção do Lote 4 do Bairro na Ilha Verde e do Lote TN27 na Ilha da Taipa, até 2012, a construção progressivamente de 19 mil fracções de habitação pública. Sendo na primeira fase do planeamento que até final do ano 2009, a construção de mais de 2600 fracções de habitação social e mais de 4400 fracções de habitação económica, um total cerca de 7000 fracções de habitação pública. Tendo as restantes fracções serão constituídas progressivamente entre 2010 a 2012, o número concreto de habitação a fornecer poderá sofrer ajustamento quando sujeita alteração da sua procura.

Mais ainda, o Governo vai alterar o regime anterior de contrapartida de fracções, em que as habitações são construídas pela empresa de desenvolvimento privada, para serem construídas, directamente, com o apoio financeiro do Governo; quanto na revisão de legislações relativa a habitação pública, seguiremos os princípios de melhor aproveitamento do orçamento público, de prestar assistências aos grupos carências e de divulgar moralidades tradicionais, a fim de ajudar as famílias com dificuldades e de satisfazer a sua

necessidade de habitação.

Sobre o mercado privado de habitação, a política do Governo é realizada, através do aperfeiçoamento dos diplomas, reforço de fiscalização na sua operação, a fim de que o mercado imobiliário possa desenvolver-se saudavelmente, por isso, o Governo realizará consultas sobre o “Regime de Licenciamento e Supervisão de Intermediação de Prédios”, que está a ser elaborado, após da consulta, entrará para o processo legislativo.

Para resolver melhor os conflitos da administração de edifícios, o Governo já iniciou o trabalho sobre o estudo para estabelecer o regime de arbitragem, para procurar um “centro de arbitragem para os assuntos da administração de edifícios” constituídos pelos representantes do Governo e das organizações sociais, prevê-se que sejam consultados todos os sectores sociais, sobre esta proposta, no ano de 2008. Face as questões da segurança e da reparação de edifícios, continuará através do Fundo de Reparação Predial a apoiar os condóminos para fazerem a reparação e conservação nas partes comuns dos edifícios, através do plano de crédito para reparação de edifícios.

Ponto fulcral da política e dos trabalhos em matéria de transportes

o Banco Mundial, no relatório sobre a política do Trânsito Sustentável referiu que o trânsito urbano deve ter em conta o princípio de “bem servir a população” e não de “bem servir o trânsito rodoviário”. Pelo que, nós temos de seguir esta política de “bem servir a população”, impulsionar um desenvolvimento sustentável, adoptar uma estratégia do Prioritário dos Serviços de Transportes Públicos, formar um sistema público de transporte urbano centralizado no metro ligeiro elevado, baseado nos serviços de autocarros e táxis e complementado pelo sistema automático de circulação pedonal, em que os diversos meios de transportes públicos distribuem

devidamente os seus trabalhos, para uma gestão aperfeiçoada de transportes públicos locais.

Por outro lado, vamos conjugar com a situação concreta de Macau, definir projectos de planeamento a curto e médio prazo para resolução de urgentes e concretas questões do trânsito, e concretização gradualmente dos projectos conforme a calendarização definida.

O Governo virá em 2008 formalmente criar a Direcção dos Serviços dos Assuntos de Tráfego que assumirá a responsabilidade dos trabalhos de planeamento e gestão do trânsito de Macau, bem como a promoção e educação de segurança rodoviária. Atendendo a situação concreta de Macau e as directrizes do desenvolvimento do transporte e do trânsito, viremos reestruturar o CSV, em que mediante o alargamento da sua representatividade e da introdução de novos modelos de funcionamento, recolher de forma mais eficiente a opinião e a sugestão pública sobre o desenvolvimento do trânsito de Macau, servindo como consulta para a definição e revisão das suas políticas sobre esta matéria.

Para poder resolver questões rodoviárias e corresponder solicitação social, no próximo ano, o Governo vai reforçar no estudo de gestão tráfego, que inclui iniciar o estudo sobre medidas como controlo do número de veículos, conjugando a realidade de Macau, procurar uma possível resolução.

Ainda, para resolver questões de trânsito, a população deve deixar as ideias e hábitos egoístas, formar consciências de agir de acordo com as normas, e de beneficiar própria e a outros.

Quando ao planeamento do trânsito ao médio e longo prazo, o Governo tinha decidido formalmente arrancar com o plano de concepção e construção do sistema do metro ligeiro. A fim de melhor concretizar o sistema do metro ligeiro, veio a Administração criar especificamente para este projecto

“Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes” que será responsável pela preparação, coordenação, acompanhamento e gestão do projecto.

Dado que mereceu atenção por parte da população a ligação com a Ilha Verde e a noroeste do Bairro do Fai Chi Kei, a Administração paralelamente ao se arrancar com a 1.^a fase da construção do metro ligeiro e será logo em seguida dado início ao estudo de viabilidade da 2.^a fase. E em 2008 será apresentado ao público o estudo de viabilidade para ser discutido.

O Governo vai estudar a introdução do sistema pedonal automático nos locais que reúnam as condições para o efeito, em particular nos locais onde se verifique uma grande diferença em termos de cota de nível, locais onde se verifique uma maior circulação pedonal e mostre a necessidade de ligação com os demais meios de transportes públicos, em particular como principal meio para ampliar o âmbito dos serviços das estações do metro ligeiro.

Realização de estudo da renovação do sistema e da optimização dos serviços de autocarros

Antes da conclusão da construção do sistema do metro ligeiro, os serviços de autocarros continuaram a desempenhar um importante papel nos serviços de transportes públicos, sendo por um lado o principal meio de ligação com o sistema do metro ligeiro e por outro permitirá fornecer serviços de transportes públicos económicos para as zonas que o sistema do metro ligeiro ainda não cobre.

Aplicação prioritária nas vias é uma medida eficaz para política de prioridade aos serviços de transportes públicos. Por outro lado, decorrido algum tempo do período experimental, o Governo queria adoptar permanentemente na Ponte do Governador Nobre de Carvalho o condicionamento de trânsito, somente permitido a circulação dos autocarros e

taxis. Através de reavaliação do contrato de concessão das duas companhias dos serviços de autocarros, no 2.º semestre do próximo ano vamos seleccionar o melhor modelo de funcionamento dos serviços de autocarros para Macau, que através da construção e gestão das infra-estruturas viárias, dar em termos de tempo e espaço do sistema rodoviário urbano prioridade aos autocarros para a passagem das vias, e promover amplamente a utilização do sistema tarifário por meio de cartão recarregável (cartão electrónico). Por outro lado, a criação de itinerários cíclicos de curta distância nas horas de ponta por ambas as concessionárias dos serviços de autocarros e do serviço expresso de autocarros de ponto por ponto, reforço nos serviços nocturnos de autocarros, criação de programas específicos de benefícios, aumentando as vantagens do serviço de autocarro.

Regular os serviços de transporte de passageiros específicos e aperfeiçoar redes rodoviárias

O Governo veio já para o efeito criar um grupo de trabalho especializado para dar início ao estudo quanto à questão do planeamento e fiscalização dos serviços de transportes de passageiros afectos aos empreendimentos hoteleiros e de diversões, vai ser regulado a tragedias destes serviços, que serão coordenados pelo serviço do trânsito.

Por outro lado, vamos dar início ao estudo da construção nas duas faixas de circulação da Ponte da Amizade de um anel viário ou de um viaduto, a fim de aliviar o engarrafamento naquela zona. No próximo ano será realizada a 2.ª fase das obras de reordenamento da Rua do Almirante Sérgio, no sentido de melhor optimizar a rede viária da zona noroeste, e continuará a estudar a viabilidade quanto a construção entre a Rotunda da Central Térmica de Coloane e a Travessa de Ká Hó de uma via de ligação. Face ao estacionamento

de veículos, vamos alargar a cobertura de parquímetros, e iniciar o funcionamento na zona da Taipa o sistema de parquímetro intelectual, e progressivamente alargar para a zona de Macau, bem como a preparação para introduzir o sistema de parquímetro para os motores.

Optimização dos postos fronteiriços marítimos, terrestres e aéreos e elevação da sua capacidade de recepção

Atendendo ao desenvolvimento económico de Macau e ao progressivo aumento do número de turistas, tem necessidades de otimizar os postos fronteiriços marítimos, terrestres e aéreos e elevar a sua capacidade de recepção, pelo que, impulsionar a construção da 2ª fase, após a conclusão, previsto a capacidade diária da travessia de turistas poderá ser aumentada para 500 mil pessoas. Ainda vamos dar início ao estudo da ampliação da área e das instalações aduaneiras para carga do Posto Fronteiriço do Flor Lótus.

Beneficiado pelo política da abertura do mercado e da criação de novas rotas e de atracção de turistas de origem diversificada, o número de turistas tem sido acrescentado constantemente, vamos continuar analisar e avaliar o regime aéreo de Macau, para ver se há possibilidade de liberalizar progressivamente o serviço do Aeroporto Internacional de Macau, designadamente alguns serviços concessionários, apreciar o planeamento de médio e longo prazo apresentado pela CAM. Com vista a otimizar a gestão e fiscalização dos portos, o serviço marítimo procederá a um estudo sobre o modelo de gestão dos três terminais marítimos de passageiros para o exterior – o Terminal Marítimo do Porto Exterior, a ponte-cais n.º 11-A do Porto Interior e as instalações provisórias do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Esse estudo servirá de base para o Governo elaborar as suas políticas de gestão dos terminais marítimos de passageiros. Ao mesmo tempo, o Governo irá participação activa

na cooperação regional em matéria do ordenamento do trânsito rodoviário, no reforço da ligação e da articulação da rede rodoviária transfronteiriça e das infra-estruturas das regiões vizinhas.

As principais acções e políticas na área da protecção ambiental e energia

Por meio do fortalecimento da função administrativa na protecção do ambiente, melhorar o sistema legislativo, promoção da sensibilização e educação ambiental e a participação dos vários sectores, fortalecer a cooperação externa, afirmação da eficácia da qualidade do ambiente em Macau. Pelo que, envidaremos esforços para a criação, no próximo ano, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental. Consequentemente, no âmbito das atribuições proporcionará condições de reforço na elaboração e aplicação da legislação ambiental e no controlo da poluição. O Governo, irá através da elaboração de diplomas legais, criar um órgão consultivo para a protecção ambiental, dotado de uma vasta representatividade, para mais eficazmente recolher opiniões e propostas sobre a protecção do ambiente, de diversos sectores. Para demonstrar a importância dos trabalhos de protecção ambiental, o governo da RAEM irá solicitar ao Governo Popular Central para que o “Protocolo de Quioto” seja aplicado em Macau.

O Governo continua a criar as condições, para aperfeiçoar as redes de abastecimento de água, quer locais quer transfronteiriças, para solucionar definitivamente a ameaça das marés salgadas. Em 2008, iniciaremos o estudo sobre uma medida que “com base na tarifa fixar o volume consumido”, iremos lançar os relativos estudos, procurando não aumentar demasiadamente os encargos com consumo de água da população, e estudar a viabilidade de introduzir um sistema tarifário eficaz que tem por objectivo incentivar a

população a poupar água, tendo em vista à concretização do princípio básico de gestão de recursos hídricos “paga quem consome, lucra quem poupa”.

De acordo com o Plano elaborado pelo Ministério de Recursos Hídricos, até 2010, o problema de segurança no abastecimento de água de Macau e Zhuhai ficará basicamente resolvido, mediante a monitorização conjunta dos recursos das águas da área drenada; até 2020, será garantida a segurança no abastecimento de água de Macau e Zhuhai, através do aperfeiçoamento do sistema de obras da transferência e distribuição dos recursos das águas da área drenada e dos mecanismos de monitorização do volume de água, tendo como eixo hídrico a Garganta de Daiteng. No médio prazo, vamos concretizar a implementação da construção da terceira rede de condutas de abastecimento de água bruta de Macau, e através de negociação com as partes de Zhuhai, a construção de um reservatório com maior capacidade, como o reservatório de Daizuyin.

O contrato de concessão de electricidade expirará em 2010. Em 2008, o Governo continuará a realizar estudos e a auscultar opiniões dos vários sectores da sociedade relativamente ao modelo do futuro mercado de Macau, procura um modelo e um regime de funcionamento para o mercado de energia eléctrica adequado para o futuro desenvolvimento de Macau e a sua interesse ao longo prazo.

Com vista a otimizar a composição da estrutura de fornecimento de electricidade de Macau, satisfazendo a procura incessante e gradual de consumo eléctrico no Território, o Governo deu início, já em 2005, ao aumento gradual da importação de energia eléctrica do Continente. Essa importação representou 37,3% do consumo total de energia em 2006, estimando-se que em 2007 essa percentagem seja de 50,3% e em 2010 aumente ainda para 58%.

Vamos criar condições para introdução do gás natural para a produção de

energia eléctrica, e criar-se-ão condições para, gradualmente, alargar a área de utilização do gás natural até aos sectores comercial e residencial. Realizará no próximo ano o concurso de concessão da exploração do fornecimento de gás de cidade através de condutas.

Com a inauguração das instalações de convenções e exposições de grande envergadura, e uma vez que as empresas ultramarinas estão cada vez mais atentos ao mercado ambiental da China Continental. Em 2008, o governo da RAEM irá organizar o “Fórum Internacional de Macau para a Cooperação na Área do Ambiente 2008”, no sentido de intensificar os laços de cooperação entre a União Europeia e a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, no âmbito da indústria verde.

Políticas de Comunicação e Tecnologias e Pontos Destacados de Trabalho

Conforme a realidade local, o Governo irá promover a liberalização ordenada do mercado de telecomunicações, introduzir novas tecnologias e serviços de telecomunicações de qualidade e com preços razoáveis, para satisfazer as exigências dos diferentes sectores e cidadãos. Através da reavaliação ao Contrato de Concessão com a Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (CTM), a fim de realizar a regulação efectiva e aprofundar a liberalização de mercado. Por outro lado, pode também estudar como criar condições para a CTM reforçar a sua exploração e investimento nas novas tecnologias e instalar as infra-estruturas que podem suportar o desenvolvimento sustentável de Macau, bem como conforme a situação de desenvolvimento do mercado, a fim de avaliar a viabilidade de emissão da quarta licença de 3G, o respectivo calendário e os critérios, etc.

O Governo continuará a disponibilizar mais recursos científicos e

tecnológicos e a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico. Estima-se preliminarmente que os pedidos de apoio financeiro a projectos no ano de 2008 perfaçam um total de sessenta a setenta. Está prevista a concessão de apoio financeiro a projectos no montante total de cem milhões de Patacas, e estudar o estabelecimento de laboratórios prioritários e impulsionar os projectos de cooperação com o exterior.

Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados,

Tendo em conta o desenvolvimento rápido de economia e de cidade, e em conformidade com o princípio de “melhor servir a população”, eu e meus colegas, com a perspectiva no futuro e tomos uma atitude sincera e pratica, otimizando os pormenores dos nossos trabalhos, a corresponder positivamente as solicitações da população. Também, queria aproveitar a oportunidade de apresentação das LAG na Assembleia Legislativa, para ouvir as vossas preciosas opiniões, que seriam muito útil para aperfeiçoar as políticas e trabalhos no âmbito de Transportes e Obras Públicos, para que podemos envidar esforços em conjunto, a fim de construção de uma cidade habitável, agradável e harmoniosa.

Muito Obrigada. Senhora Presidente!